

A CONSTRUÇÃO DA INCLUSÃO: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA¹
THE CONSTRUCTION OF INCLUSION: A HISTORICAL PERSPECTIVE
LA CONSTRUCCIÓN DE LA INCLUSIÓN: UNA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Sadao Omote²

RESUMO: O presente texto defende a ideia de que a inclusão vem sendo construída há séculos e polemizar algumas questões relacionadas a ela. São aventados argumentos de que a inclusão não teve início na década de 1990, em particular a partir da Declaração de Salamanca. Argumenta-se também que, como um processo contínuo iniciado há séculos, a inclusão se ampliará progressivamente, ao mesmo tempo em que, como decorrência do progresso, que implica inevitavelmente a emergência de novas oportunidades e demandas, novas áreas de exclusão serão criadas. Portanto, não haverá uma sociedade totalmente inclusiva. Admitir a possibilidade da inclusão total significa admitir a estagnação da sociedade. Mas, a utopia da inclusão total é necessária para servir de norte à permanente luta do Homem em busca da progressiva melhoria na qualidade de vida, da superação de seus limites e de ação sobre o seu ambiente.

Palavras-chave: Diversidade; Estigma; Inclusão.

ABSTRACT: This text defends the idea that inclusion has been built for centuries and debates some issues related to it. Arguments are put forward that inclusion did not start in the 1990s, particularly after the Salamanca Declaration. It is also argued that, as a continuous process that began centuries ago, inclusion will progressively expand, while new areas of exclusion will be created, as a result of progress that inevitably implies the emergence of new opportunities and demands. Therefore, there will not be an all-inclusive society. Admitting the possibility of total inclusion means admitting the stagnation of society. However, the utopia of total inclusion is necessary to serve as a guide for the permanent struggle of mankind in search of a progressive improvement in the quality of life, overcoming his limits and acting on his environment.

Keywords: Diversity; Stigma; Inclusion.

RESUMEN: Este texto defiende la idea de que la inclusión se ha construido durante siglos y debate algunos temas relacionados con ella. Se argumenta que la inclusión no comenzó en la década de 1990, particularmente después de la Declaración de Salamanca. También se argumenta que, como proceso

¹ Apesar do subtítulo, este texto não pretende apresentar uma historiografia da inclusão. Alguns fatos históricos são referidos com o intuito de, por meio deles, desenvolver reflexões para polemizar algumas questões relativas à compreensão e prática da inclusão.

² Professor da UNESP. Doutor em Psicologia pela USP.

continuo que comenzó hace siglos, la inclusión se expandirá progresivamente, mientras que, como resultado del progreso, que inevitablemente implica el surgimiento de nuevas oportunidades y demandas, se crearán nuevos espacios de exclusión. Por tanto, no habrá una sociedad totalmente inclusiva. Admitir la posibilidad de una inclusión total significa admitir el estancamiento de la sociedad. Sin embargo, la utopía de la inclusión total es necesaria para que sirva de guía para la lucha permanente de la humanidad en busca de una mejora en la calidad de vida, superando sus límites y actuando sobre su entorno.

Palabras clave: Diversidad; Estigma; Inclusión.

Introdução

No lançamento de um novo periódico, a *Revista Inclusão & Sociedade*, de cunho interdisciplinar para tratar das questões relacionadas à inclusão, pode ser oportuno um texto que polemize e levante divergências acerca de alguns assuntos em relação aos quais parece haver relativa conformidade. A motivação para tanto não é nenhum amor pela discórdia em si, mas pela necessidade de se promoverem debates acerca daquilo que parece, num dado momento histórico, relativamente inquestionável. Nesse sentido, nem toda a argumentação aqui se baseia em evidências fidedignas, mas, em reflexões plausíveis.

A análise empreendida no texto parte do pressuposto de que, para a compreensão dos fenômenos sociais, mesmo daqueles que parecem estritamente socioculturais, não se pode negligenciar a natureza biológica do ser humano, a qual se faz presente nas manifestações humanas, solidariamente integrada à natureza social e histórica do ser humano. Assume-se a perspectiva, com Dobzhansky (1972), de que o Homem tem a sua natureza e a sua história, compreendendo componentes biológicos e culturais, solidariamente interdependentes.

A variabilidade intraespecífica é uma condição biológica fundamental que caracteriza qualquer espécie animal. É graças a essa variabilidade que cada espécie, na sua história evolucionária, tem a sua potencialidade para as necessárias adaptações face a adversidades das condições de vida que ocorrem no seu habitat. As diferenças que cada indivíduo apresenta em relação aos demais coespecíficos³ representam, no conjunto, uma ampla diversidade de respostas que o coletivo pode apresentar diante de cada situação. Tais diferenças são ectogenética e autogeneticamente determinadas, isto é, sob a influência do meio e do patrimônio genético (Dobzhansky, 1972). As diferenças interindividuais são solidariamente integradas na sua origem, de tal sorte que nem sempre é fácil apontar o que é determinado de

³ Contrariando um pouco a sua tendência, o autor faz uso, neste texto, de neologismo em algumas situações para evitar construções um tanto antiestéticas e talvez ganhar em precisão.

uma ou outra maneira, embora a contribuição de cada fonte possa variar amplamente conforme as características.

Na espécie humana, é crescente a força da determinação ectogenética, permitindo que tradições culturais e valores éticos construídos historicamente se sobreponham, em determinadas situações, aos comportamentos autogeneticamente determinados no passado. Um flagrante exemplo é a provisão de cuidados especiais a doentes e idosos. Esse padrão evolucionário, ética e culturalmente determinado, se opõe à lógica evolucionária, se considerada estritamente em termos biológicos. Nesse raciocínio, é de capital importância compreender as condições que favorecem esse tipo de evolução ectogenética.

Uma dessas condições que vale a pena destacar, para os propósitos da presente discussão, diz respeito à fartura de recursos e melhoria na qualidade de vida de um modo geral. Em circunstâncias de escassez de recursos e de condições adversas de vida, os mecanismos autogeneticamente determinados podem manifestar-se mais fortemente. A espécie humana, na sua história evolucionária, construiu uma trajetória *sui generis*, que se caracteriza pela permanente busca da melhoria na qualidade de vida, lançando mão de recursos os mais variados, em conformidade com a história particular de cada coletividade e as condições correntes de vida. A melhoria nessas condições permite até mesmo superar as barreiras biologicamente impostas, incluindo aí não apenas o espetacular desenvolvimento de tecnologias, como também a construção, prática e preservação de bens éticos e culturais. Esta é a marca distintiva da espécie humana⁴.

Mesmo as manifestações consideradas essencialmente socioculturais, que variam de uma época para outra e de uma cultura para outra, e facilmente influenciáveis por determinantes socioeconômicos e culturais, podem conter fortes componentes biológicos, ainda que não imediatamente visíveis. Isto pode ser observado, por exemplo, na valorização da beleza corporal, a facial em particular, amplamente destacada e explorada socioeconômica e culturalmente, que parece não guardar nenhuma relação com a biologia humana.

A atração pelo rosto bonito parece universal e conter ingredientes biológicos importantes, como sugerem os estudos da atratividade facial em relação ao gênero (Fink & Penton-Voak, 2002; Omote, 2014,). As faces de mulheres com traços femininos e as de homens com traços masculinos tendem a ser avaliadas como mais atraentes que as faces que apresentam menos claramente o dimorfismo sexual. Mais ainda, mulheres em período fértil

⁴ Entretanto, observa-se a continuidade, ainda que muito tênue, entre a espécie humana e demais espécies consideradas infra-humanas. Há evidências de rudimentos de comportamento ético em alguns primatas (Popazoglo & Paixão, 2019).

são mais atraídas por fotos de homens com traços masculinos bem definidos. A predileção por face atraente pode sugerir preferência por indivíduo saudável. Tem sido encontrada correlação positiva entre a atratividade facial e a percepção de saúde. E esta correlação é mais forte no julgamento de face de pessoas do gênero oposto ao dos percebedores, comparativamente ao julgamento da atratividade e saúde na face de pessoas do mesmo gênero (Jones et al., 2001)

Tais evidências fortalecem a hipótese de que a atração pelo belo pode ter raízes nas razões relacionadas à vida gregária e, em última instância, à necessidade reprodutiva. Os estudos mostram que são avaliadas como atraentes as faces que apresentam traços de normalidade e de saúde (Fink & Penton-Voak, 2002; Omote, 2014). Essa relação se mantém em culturas diferentes como a caucasiana e a japonesa (Perret, May & Yoshikawa, 1994). Essa tendência pode manter-se mesmo com mudanças culturais que podem influenciar a estética facial, como os padrões de maquiagem e acessórios.

Reforçando essa linha de raciocínio, os estudos realizados a respeito da dilatação da pupila, fenômeno este que, para muita gente, deve representar um evento meramente fisiológico de reação à intensidade luminosa, têm trazido outras evidências da estreita conexão entre o biológico e o sociocultural. Além da mera reação ao estímulo luminoso, a dilatação da pupila pode ocorrer como expressão de diferentes estados emocionais (Hess, 1965). O tamanho da pupila, por sua vez, está associado à percepção da atratividade facial, havendo uma relação direta entre o tamanho da pupila e atratividade facial (Carvalho, 2010; Carvalho, Andrade & Santos, 2019).

Desafios da diversidade na vida coletiva

Numa olhadela panorâmica e superficial, verifica-se que as sociedades humanas vêm praticando variadas formas de se lidar com as diferenças, especialmente os atributos que comprometem o seu portador no desempenho de funções consideradas importantes e os comportamentos que destoam do padrão considerado adequado ou desejável. Os modos de enfrentamento dos desafios colocados pela presença de tais diferenças vêm modificando-se, acompanhando as mudanças que vêm ocorrendo nas condições de vida das pessoas em geral e nos valores sociais e espirituais com relação à concepção de ser humano.

Na evolução dos modos de enfrentamento dos desafios representados pela presença daquelas diferenças, pode ser reconhecida claramente a caminhada em direção à progressiva inclusão desde os tempos remotos. As mais primitivas respostas a tal desafio, decorrentes das condições de vida em geral difíceis para todas as pessoas e da carência de conhecimentos científicos sobre a origem dessas diferenças, podem ser caracterizadas como sendo a forma

mais gritante de exclusão: a eliminação física da pessoa diferente. Este padrão evoluiu para diferentes formas de reclusão (talvez os primeiros sinais de acolhimento), seja na própria família seja em organizações que podem ser qualificadas como *instituições totais*⁵. Esse confinamento, que se caracterizava como uma forma de total dependência em relação aos cuidados providos por outros, se modificou progressivamente, ampliando o espaço para a liberdade individual. Assim, podem ser reconhecidas as formas de institucionalização parciais, conhecidas como semi-internatos e externatos. Cada vez mais o deficiente passou a depender de serviços institucionais voltados para metas específicas, culminando com o atendimento em serviços ambulatoriais. Por fim, com os princípios defendidos na inclusão, mais explicitamente o deficiente passou a ser atendido em suas necessidades nos serviços destinados a pessoas comuns e apenas excepcionalmente em serviços especiais⁶.

Os dilemas representados pela presença de determinadas diferenças, bem como a construção de variadas formas de enfrentamento dos desafios que tais dilemas colocam, precisam ser avaliados numa perspectiva evolucionária. As espécies animais desenvolveram suas próprias estratégias de enfrentamento dos desafios colocados pelas adversidades, visando a garantir a sua adaptação às mudanças do meio e a sua preservação. Uma estratégia pela qual a maioria dos mamíferos fez opção é a de viver em bandos, o que lhe assegura melhores condições de sobrevivência e de satisfação das necessidades individuais. Essa opção, por sua vez, traz novos desafios, qual seja a necessidade de conciliar o conflito potencial entre as necessidades individuais e a vida coletiva. Sob certas circunstâncias, as necessidades individuais precisam ficar relativamente subordinadas às do grupo, para que seja viável a vida coletiva. É nesse sentido que, nas espécies animais que vivem em bandos, sem serem genuinamente coletivas⁷, há regras que estabelecem padrões de comportamentos interativos em situações essenciais da vida, como alimentação, acasalamento, reprodução, criação de filhotes, proteção diante de predadores etc. Naturalmente, em animais infra-humanos, o estabelecimento de tais regras se deu ao longo de gerações, cujo patrimônio genético foi

⁵ A instituição total pode ser caracterizada como um local onde pessoas em situação semelhante de exclusão por razões médicas, comportamentais ou sociais vivem separadas da sociedade, sob a administração formal de equipes de profissionais (Goffman, 1974). São, por exemplo, hospitais psiquiátricos tradicionais, presídios e orfanatos.

⁶ Seria interessante avaliar, com paixão mas sem tendenciosidade ou vieses, as implicações dessa progressiva mudança no trato com as pessoas deficientes, seja para elas seja para toda a comunidade, observando especialmente o lugar social que lhes é reservado nas mais variadas situações.

⁷ Os assim chamados insetos sociais – formigas, cupins, abelhas – são genuinamente coletivos, no sentido de que os objetivos da colônia têm primazia sobre as necessidades individuais. Isto é determinado endogeneticamente e não há necessidade de cada indivíduo ter que aprender as regras de conduta.

incorporando estratégias de sobrevivência eficientes, o que não dispensa os filhotes e jovens de aprenderem muitas dessas regras no cotidiano da vida em coletividade.

As sociedades humanas desenvolveram variadas formas de exercer controle sobre as condutas individuais, visando a harmonizar as necessidades e desejos individuais com a sua opção pela vida em comunidades. Nas mais variadas situações corporativas, são permanentemente construídos e renovados conjuntos de regras, formalizados e documentados, havendo instâncias que os constroem, outras que procuram assegurar o seu cumprimento, muitas vezes inclusive com um sistema punitivo vigente para os infratores.

As mudanças que ocorrem continuamente exigem uma constante adaptação ou renovação desses códigos de conduta. Mas, nem sempre a atualização desses códigos ocorre de modo suficientemente ágil para normatizar e ordenar as novas condutas. Além disso, nem tudo é normatizável, porque as agências sociais não podem prever a diversidade de valores e condutas implicados que devem ser objetos de tal ordenamento. Mesmo que os códigos de conduta sejam potencialmente eficientes, podem não exercer controle efetivo por diferentes motivos, ocorrendo violação de normas. Assim, são criados também mecanismos de controle social não formalizados, mas nem por isso menos eficientes. Tais são, por exemplo, a etiqueta e a conduta protocolar vigente em determinadas situações sociais, os modismos nas mais variadas áreas de atividades e interesses humanos, a pressão social para as pessoas comportarem-se em conformidade com o que é considerado politicamente correto, etc. Grupos específicos estabelecem suas próprias normas de conduta, por vezes mais eficientes que as de toda a sociedade.

Desse rol precisa ser destacado o estigma como uma forma de se exercer controle social com relação à posse de determinados atributos, à manifestação de certos comportamentos e à afiliação a certos grupos (Omote, 1999a e 2004). O estigma, um nome polissêmico que adquiriu diferentes significações ao longo de séculos de seu uso⁸, pode ser caracterizado como uma construção social cuja função é a de marcar e desacreditar socialmente as pessoas com atributos ou comportamentos que são considerados inadequados ou indesejáveis em cada comunidade. Igualmente podem ser desacreditadas socialmente pessoas que pertencem a determinados grupos sociais, etnoculturais e religiosos, considerados indesejáveis. Como parte do mecanismo de controle social, as pessoas assim estigmatizadas

⁸ O termo estigma foi cunhado na Grécia antiga para designar marcas feitas no corpo de uma pessoa, com ferro em brasa ou cortes, para sinalizar que se tratava de um indivíduo moralmente inferior, como ladrão, traidor, etc. (Goffman, 1975). Desde então, o termo foi empregado para designar uma variedade de referências, com significação tanto positiva quanto negativa.

recebem tratamento distintivo da coletividade, sendo desacreditadas socialmente. Com o descrédito social, podem sofrer privações de variadas oportunidades para a vida plena no exercício da sua cidadania e eventualmente até podem ser alvos de violência física, psicológica ou social.

É preciso levantar questões sobre a origem desse tratamento distintivo destinado a certas minorias. Defende-se aqui o ponto de vista de que não há nenhuma razão para supor que os mecanismos naturais de evolução da espécie humana estejam inoperantes, em vista das competências extraordinárias que o Homem construiu, no sentido não mais de apenas adequar-se ao meio, mas no de adequar o meio a suas necessidades, por meio do desenvolvimento espetacular de tecnologias nos últimos séculos. Assim, pode-se supor que há componentes naturais na rejeição não a diferenças quaisquer, mas na rejeição àquelas diferenças que, do ponto de vista natural, seriam inadaptativas.

Acrescente-se aí a rejeição também a diferenças que, embora não sejam necessariamente inadaptativas do ponto de vista biológico, podem representar violação às normas de convívio social. Não se trata de uma visão negativa ou pessimista do ser humano, pois a ele se atribui também a capacidade única de, por meio da sua construção ideológica e ética, superar os limites ou tendências impostos pela sua natureza. Assim, espera-se de seres humanos condutas inadaptativas, do ponto de vista natural, como a de dar prioridade a doentes e idosos, e não apenas a crianças, gestantes e mães com criança de colo no atendimento a necessidades em situações especiais que presumidamente requerem tratamento diferenciado daqueles considerados vulneráveis por diferentes razões.

Graças à sua evolução ética, os padrões naturalmente adaptativos, cuja realização deveria ser demandada, são substituídos por outros que, se não fossem os valores e a tecnologia desenvolvidos, poderiam comprometer a integridade e preservação da vida coletiva. Atende-se, desta maneira, necessidades caras que fazem parte da história evolucionária do Homem, como a defesa da igualdade de direitos fundamentais e a proteção aos mais fracos. Eis uma característica essencial que pode diferenciar a história evolucionária do Homem da dos demais animais, referidos como infra-humanos.

Nesse mecanismo, é interessante observar que a percepção da necessidade de proteção parece aguçar-se em situações de maior vulnerabilidade, como quando ocorre alguma catástrofe. A história evolucionária do Homem permite levantar a hipótese de que tal mecanismo está relacionado à relativa fartura de recursos e outras condições que garantam segurança e qualidade de vida para as pessoas em geral. Em situações de extrema escassez ou de perigo, esse tipo de comportamento altruísta pode arrefecer, quando os mecanismos

biológicos de autoproteção podem ser privilegiados em detrimento de comportamentos social e eticamente construídos. A fronteira entre uma ou outra alternativa parece depender do padrão de valores éticos construídos em cada coletividade.

Na análise dos modos de enfrentamento das diferenças pelas sociedades humanas, é essencial destacar a natureza dessas diferenças. Há ampla gama de variação das diferenças, no que diz respeito à sua origem e ao seu caráter adaptativo. A grande maioria dessas diferenças é construída com a participação, em maior ou menor extensão, de determinantes naturais e socioculturais. Uma diferença qualquer nas características constitucionais ou comportamentais se torna alvo de atenção somente em função da sua significação para a coletividade e a consequente reação das pessoas, seja de valorização, rejeição ou estranhamento. Nenhuma diferença é intrinsecamente vantajosa ou desvantajosa em termos sociais até que ocorra a reação dos outros. Nesse sentido, a audiência perante a qual uma pessoa é deficiente e pela qual é tratada como tal se constitui em uma variável crítica para a compreensão da deficiência dessa pessoa.

Inclusão como princípio norteador

A longa caminhada em direção à inclusão progressiva é repleta de marcos históricos que indicam conquistas de diferentes ordens para o reconhecimento de direitos iguais e a construção da cidadania em diversas partes do mundo. Destaca-se, por exemplo, o desfazimento de alguns desvios tradicionais e consequente desestigmatização de respectivas categorias de pessoas desviantes. A História registra grandes transformações que ocorreram em relação ao tratamento recebido pela bruxaria, desde a perseguição e condenação à fogueira das bruxas até, em anos mais recentes, a realização de eventos para a reunião de seus praticantes. Do mesmo modo, a hanseníase foi amplamente desestigmatizada. Outros grupos encontram-se em franco processo de desestigmatização, como algumas minorias étnicas e a homossexualidade.

Numerosos atos oficiais vêm sendo firmados, como decorrência da compreensão da necessidade de se formalizar o reconhecimento da importância de ações que contribuam para a redução das discriminações contra as minorias e promovam a sua inclusão. Além de importantes documentos como a Declaração Universal de Direitos Humanos, apontam-se, especificamente em relação à construção da inclusão de pessoas com deficiência, a decisão do parlamento da Dinamarca sobre o princípio de normalização (que não teve muita repercussão nas práticas e debates brasileiros em relação ao tratamento dispensado a pessoas com deficiência), a Declaração de Salamanca (que teve uma enorme repercussão nos debates

acerca da educação de pessoas com deficiência no Brasil, sensibilizando profundamente as pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a Educação Especial) e os novos direitos que os deficientes conquistaram no Brasil (por exemplo, a efetiva exigência do cumprimento de cotas para postos de trabalho em setores públicos e privados e a garantia em lei de acesso ao ensino inclusivo).

Nesse rol de marcos históricos da caminhada em direção à progressiva inclusão, é importante recuperar um fato nem sempre lembrado e apontar a sua participação na construção dessa história: o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. A declaração, pela Organização das Nações Unidas, de Ano Internacional das Pessoas Deficientes, em 1981, teve, na nossa avaliação, uma consequência bastante positiva no nosso país. As campanhas de “conscientização” veiculadas na oportunidade, nos diferentes meios de comunicação de massa, contribuíram para que a deficiência e a pessoa deficiente passassem a fazer parte mais constante no cotidiano das pessoas em geral. Esses assuntos eram restritos, até então, basicamente a pessoas envolvidas direta ou indiretamente no tratamento de deficientes, como os próprios familiares e seus amigos mais próximos e os profissionais da área. Com as campanhas, as informações acerca de deficiências passaram a adentrar os lares de pessoas em geral e a imagem de pessoas deficientes tornou-se mais familiar com a presença delas nas telas de televisão e em locais públicos.

O domínio da informação é certamente o ponto de partida para se promover qualquer mudança de valores, crenças, sentimentos e atitudes sociais em relação a deficiências e pessoas deficientes. Ainda que inicialmente essas informações fossem desconfortáveis, na medida em que passam a fazer parte do cotidiano das pessoas, contribuem para que o assunto fosse objeto de comentários e debates, em busca de uma solução confortável. Nesse sentido, o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, proclamado pelas Nações Unidas em 1981, teve importante papel contribuindo para iniciar o processo de saída do gueto a que muitas pessoas deficientes estavam confinadas.

Os intensos debates ocorridos acerca da inclusão no Brasil, a partir da Declaração de Salamanca, sugeriram alguns embaraços conceituais que precisam ser discutidos para a devida compreensão da perspectiva assumida neste texto. Dizem respeito a confusões acerca de algumas questões em torno da inclusão: (1) a identificação da inclusão como um processo de colocação ou inserção de pessoas deficientes em um ambiente frequentado por pessoas comuns; (2) o entendimento de que, com a inclusão, o foco de atenção e o alvo da intervenção passam a ser predominantemente, senão exclusivamente, o meio no qual se pretende garantir a participação do deficiente; (3) a ênfase na solução espaço-temporal, isto é, a idéia de que o

deficiente e o não deficiente devem estar juntos e fazer juntos as atividades para que ambas as partes se beneficiem; (4) o mal entendido em relação ao uso de serviços especializados, creditando-lhes um caráter segregativo intrínseco; (5) o raciocínio setorial da construção de ambientes inclusivos, com ênfase especial, senão exclusiva, na inclusão escolar; e (6) a ideia de que a inclusão total pode ser alcançada.

A inclusão tem sido referida, muitas vezes, como um processo de inserção de pessoas deficientes em um ambiente constituído, em princípio, para pessoas que não apresentam nenhuma necessidade especial. Daí, é comum desenvolver a ideia de que a inclusão ocorre quando há alguma pessoa deficiente participando desse ambiente, mediante adaptação em algum aspecto do meio ou da atividade a ser desenvolvida. Em consequência, identifica-se um ambiente como inclusivo ou não em função da presença ou ausência de pessoa com alguma deficiência. Defende-se aqui, com Oliveira (2003), a ideia de que a inclusão deve ocorrer anteriormente à presença de uma pessoa deficiente, no sentido de que qualquer meio deve ser construído de modo a incorporar todas as pessoas, permitindo-lhes desenvolver as atividades para cuja realização se destina. Isto implica, além das condições geográfico-arquitetônicas do meio, que precisam garantir o acesso a todas as pessoas a quem se destina, a flexibilidade para a adaptação de recursos e procedimentos, eventualmente até de alguns objetivos, para que todas as pessoas que dele participam consigam realizar as suas metas. Um ambiente precisa ser inclusivo, independentemente de haver ou não, num determinado momento, algum deficiente que dele participa. É a presença de condições de acesso e permanência, bem como de realização satisfatória das atividades, que garante a participação de pessoas com deficiência. Mas, mudanças nas demandas ocorrem continuamente, como consequência natural do processo evolucionário humano, com o desenvolvimento de novas tecnologias e novos hábitos a requererem novas habilidades e capacidades.

Esse discurso um tanto otimista pode sugerir a ideia de que qualquer pessoa pode participar de qualquer meio e dela tirar pleno proveito a depender basicamente de o ambiente adequar-se às particularidades e necessidades dela. É preciso lembrar a existência de patologias altamente incapacitantes que impedem a participação do seu portador na maioria das situações, mesmo com adequações possíveis nas atividades, nos seus meios e até nos objetivos. Mesmo nesses casos, o princípio da inclusão deve prevalecer, o que significa prover-lhe serviços especializados para atender às suas necessidades. Nesse sentido, pode ser mais adequada a ideia de provisão de serviços de qualidade para todas as pessoas, em conformidade com as necessidades e particularidades que cada uma delas apresenta. A

ideologia e a ética da inclusão precisam beneficiar todas as pessoas para além dos muros escolares

O debate sobre a inclusão teve uma consequência positiva de se direcionar o olhar sobre o entorno da pessoa deficiente. No passado, essa atenção recaía quase exclusivamente sobre o deficiente, por entenderem os estudiosos e profissionais da área que a deficiência estava na pessoa deficiente, razão pela qual deveria ser examinada a pessoa deficiente para a compreensão das suas dificuldades ou do seu nível de funcionamento e direcionar a ela toda a intervenção.

Em várias ocasiões, explicitamos a ideia de que o nível e o modo de funcionamento de uma pessoa só podem ser compreendidos, se for examinado o conjunto representado pela pessoa deficiente, com todas as suas características constitucionais e a sua história de vida, e o meio social no qual é identificada e tratada como deficiente (Omote, 1979, 1980, 1994 e 1996). Discutimos amplamente toda a possibilidade de se construir e consolidarem dificuldades e até impedimentos, quando o foco é inteiramente direcionado à própria pessoa deficiente, num contexto em que ela é percebida e tratada como portadora de uma série de dificuldades, inadequações, imperfeições e impedimentos. As fortes expectativas associadas a essas crenças podem acabar por transformar em realidade comportamental, por meio do mecanismo conhecido por profecia auto realizadora, o que era apenas suposições (Rosenthal & Jacobson, 1968).

Em alguns debates sobre a inclusão, sobretudo a escolar, tem sido dada muita ênfase à necessidade ou à conveniência de os deficientes e os não deficientes estarem juntos no mesmo espaço para realizarem juntos as atividades, para que ambas as partes se beneficiem desse encontro. Esse apontamento é oportuno e é plenamente compreensível o destaque a ele dado, considerando que por décadas a Educação Especial brasileira, a despeito de toda a discussão integracionista, caracterizou-se por promover a segregação de deficientes. Convém, entretanto, lembrar mais uma vez que a segregação praticada no passado não pode ser interpretada como uma decorrência inevitável das alternativas de serviços oferecidos, referidos muitas vezes como segregativos. Bons recursos foram empregados para a promoção da segregação. Daí, seria um lamentável equívoco simplesmente banir do rol de alternativas de atendimento aqueles serviços identificados como segregativos, como se o caráter segregativo fosse uma propriedade intrínseca a eles (Omote, 1989, 1995, 1999b, 2000 e 2003). A integração (ou a inclusão) pode ser proporcionada pela natureza e finalidade do uso que se faz desses recursos.

A obediência cega à ideia de estarem juntos os deficientes e não deficientes para fazerem juntos as atividades pode ser referida como uma espécie de solução espaço-temporal para o complexo problema de oferecer condições favoráveis para a aprendizagem de alunos deficientes, sem que, com o uso de recursos especiais, fossem segregados. Tal solução, se equivocadamente praticada, pode privar o aluno deficiente de ter acesso a ensino de qualidade melhor, dependendo dos objetivos instrucionais, que pode ser provido em ambiente especialmente destinado apenas a alunos com dificuldades ou necessidades específicas que requerem equipamentos ou condições que não podem ser adequadamente gerenciados em ambiente de classes de ensino comum. Se, de um lado, é extremamente importante uma permanente e desvelada atenção para que não se promova a exclusão de usuários de serviços ou recursos especiais, de outro lado, é igualmente necessária a especial precaução no sentido de não privá-los do ensino de qualidade em nome da inclusão. Com a inclusão, esses serviços especiais adquirem particular importância. Não se destinam apenas a estudantes que podem ser caracterizados como deficientes, mas a qualquer estudante que apresente necessidades educacionais especiais temporária ou permanentemente. Na prática corrente, ainda prevalece, veladamente, a cisão entre o ensino comum e o ensino especial. Os recursos de Educação Especial, construídos ao longo de décadas de esforços empreendidos na educação escolar de crianças e jovens com deficiências, precisam ser destinados a qualquer estudante, deficiente ou não, que deles possam beneficiar-se, temporária ou permanentemente, para assegurar-lhes ensino de qualidade. A mera permanência em classe de ensino comum não pode ser interpretada como indicativo do ensino inclusivo.

Um ambiente inclusivo não precisa restringir-se às situações nas quais as pessoas realizam as atividades em conjunto. Mais do que isso, um ambiente inclusivo deve promover o desenvolvimento e a qualidade de vida o mais pleno possível de todas as pessoas, fazendo uso, para tanto, de variados recursos, de conformidade com as necessidades e particularidades de cada pessoa. A constituição de subgrupos para a consecução de determinadas metas, em função de interesses ou necessidades comuns, faz parte normal da vida coletiva em qualquer sociedade humana. É preciso compreender de vez que não é esse arranjo que leva intrínseca e inevitavelmente à discriminação e segregação de determinados subgrupos. O foco de atenção deve recair sobre as reações da coletividade, na qual as características associadas a certos grupos sociais têm significado especial de diferentes espécies de desvantagem, o que conduz a manifestações de rejeição e exclusão. Mudanças na forma de atendimento a pessoas discriminadas, estigmatizadas e excluídas não implicam necessariamente a construção de uma sociedade genuinamente inclusiva.

Entre tantas necessidades a serem consideradas, deve ser reconhecida aquela em que as pessoas precisam estar juntas com seus pares iguais, isto é, aqueles que compartilham o mesmo drama. São fenômenos sociais amplamente reconhecidos como parte integrante do funcionamento de qualquer sociedade e a sua ocorrência não causa nenhuma estranheza em especial, se sucederem com pessoas comuns. A mesma manifestação por parte de grupos minoritários pode ser avaliada como uma conduta segregacionista e mal vista. As relações interpessoais e sociais se desenvolvem em ambientes nos quais ocorrem inevitavelmente comparações entre pessoas, umas com outras. Tais comparações ocorrem com as que se encontram em posição superior em relação a algum atributo, com as que se encontram em posição inferior e com as que estão na mesma posição. São referidos por *upward social comparison*, *downward social comparison* e *lateral social comparison* (Festinger, 1954; Gibbons, 1986; Wills, 1981). Essas comparações sociais são essenciais para que as pessoas consigam realizar a sua autoavaliação e localizar-se no seu espaço social representado pelas pessoas com as quais convivem direta ou indiretamente.

Tal ambiente inclusivo não diz respeito apenas a situações em que há reconhecimento institucional da segregação e exclusão de minorias, mas se estende a todos os ambientes que fazem parte da vida cotidiana de todas as pessoas. Seria um enorme contra-senso envidar esforços para a construção de escolas inclusivas, sem que houvesse a mesma preocupação com todos os espaços sociais do cotidiano de uma comunidade, como a família, o mundo do trabalho, o lazer e a cultura, as agências sociais em geral, etc. Na verdade, só é concebível a inclusão, se for pensada no âmbito de toda a sociedade. Nesse sentido, os nossos debates acerca da inclusão são um pouco restritos, focalizando essencialmente algum ambiente específico, sobretudo o educacional.

Na realidade, a questão é ampla, envolvendo toda a vida social de uma coletividade. Estão implicados aí desde fenômenos microscópicos como as relações interpessoais entre os atores envolvidos – como pessoas com deficiência, seus familiares e profissionais – até fenômenos macroscópicos como as condições socioeconômicas e culturais.

Para uma abordagem mais integral da questão da inclusão, o debate precisa ir para além dos indivíduos específicos com alguma dificuldade expressiva e o seu entorno social imediato como a família, escola, serviços de saúde e mercado de trabalho, como habitualmente tem sido feito. É preciso olhar para toda a coletividade e não apenas para indivíduos específicos. Todos os setores da sociedade precisam ser acessíveis a todas as pessoas, ainda que, em circunstâncias especiais, essa acessibilidade ocorra de diferentes maneiras, conforme as particularidades de cada pessoa. A inclusão não ocorre única nem

principalmente na Educação, embora neste setor tenha sido mais amplamente debatida e merecido mais atenção⁹.

Nesse empreendimento, é imprescindível a compreensão de que a inclusão total não pode ser alcançada, tanto porque, de um lado, a sociedade está em permanente mudança, criando novas demandas e requerendo novas competências, quanto porque, de outro lado, as novas gerações de pessoas se modificam, com novas diferenças interindividuais. Admitir a inclusão total como uma meta a ser alcançada é admitir a estagnação da sociedade e a reprodução das mesmas características de uma geração para a outra. Mas, a utopia da inclusão total é necessária para dar norte à busca permanente do Homem pelas novas conquistas que, de alguma maneira, representem melhoria na qualidade de vida de todas as pessoas. A inclusão não é, então, um estado a ser alcançado, mas um processo dinâmico e contínuo.

Na análise comumente empreendida acerca do atendimento dispensado a pessoas com necessidades especiais, como deficiências e autismo, frequentemente aponta-se a importância de compreender o fenômeno a partir da interface entre a Educação e a Saúde, sugerindo a ideia de que existem aí tanto problemas de natureza constitucional quanto sociais em solidária interação.

Essa interface precisa ser ampliada para a relação interdependente entre o biológico e o sociocultural, sob a perspectiva histórica e dinâmica da evolução humana. Implica que olhar o entorno social imediato de uma pessoa com deficiência não é suficiente para a compreensão plena das infinitas acepções com que muitos conceitos são empregados, além da ampla diversidade de motivos e propósitos com que diferentes procedimentos de atendimento são praticados.

Conhecimentos construídos nas áreas de Psicologia Social, Antropologia, Sociologia, Economia, História e tantas outras disciplinas devem compor o quadro de referência para a compreensão dos modos de funcionamento de uma coletividade, desde relações interindividuais entre pessoas específicas até as políticas públicas adotadas para o enfrentamento de diferentes questões sociais. Em síntese, a deficiência não é desvio da normalidade. A patologia eventualmente associada pode sê-lo, mas a deficiência é parte integrante da vida normal de uma coletividade. Os mesmos referenciais conceituais precisam dar conta de explicar tanto a deficiência quanto a não-deficiência (Omote, 1994).

⁹ Sem nenhuma intenção de trazer uma perspectiva pessimista, pode ser um contrassenso defender a inclusão de determinadas minorias num ambiente em que predominam amplas desigualdades sociais. Assim, a luta pela inclusão escolar deve ocorrer no bojo de ações mais amplas de redução das desigualdades sociais (talvez seja melhor: melhoria na qualidade de vida de todas as pessoas).

Referências

- Carvalho, S.Q.C. (2010). *Atratividade Facial e Expressões Emocionais: existe relação com o diâmetro da pupila?* (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal da Paraíba.
- Carvalho, S.Q.C., Andrade, M.J.O. & Santos, N.A. (2019). Relationship between facial attractiveness and pupil diameter in young adults. *Psico*, 50(2), 2-8.
- Dobzhansky, T. (1972). *O Homem em Evolução*. São Paulo: EDUSP/Polígono.
- Festinger, L. (1954). A story of social comparison processes. *Human Relations*, 7(2), 117-140.
- Fink, B. & Penton-Voak, I. (2002). Evolutionary Psychology of facial attractiveness. *Current Directions in Psychological Science*, 11(5), 154-158.
- Gibbons, F.X. (1986). Stigma and interpersonal relationships. In S.C. Ainsley, G. Becker & L.M. Coleman (Orgs.). *The Dilemma of Difference: a multidisciplinary view of stigma*. New York: Plenum Press, 123-144.
- Goffman, E. (1974). *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Goffman, E. (1975). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Hess, E. H. (1965). Attitude and pupil size. *Scientific American*, 212(4), 46-54.
- Jones, B. C., Little, A.C., Penton-Voak, I.S., Tiddeman, B.P., Burt, D.M., & Perrett, D.I. (2001). Facial symmetry and judgement of apparent health: support for “good genes” explanation of the attractiveness-symmetry relationship. *Evolution and Human Behavior*, 22(6), 417-429.
- Oliveira, A.A.S. (2003). Educação Inclusiva: concepções teóricas e relato de experiência. In M.C. Marquezine, M.A. Almeida, E.D.O., Tanaka, R.M., Busto, S.R., Souza, S.M.F. Meletti & D.S. Fujisawa (Orgs.). *Inclusão*. Londrina: Eduel, 33-43.
- Omote, S. (1979). Aspectos sócio-familiares da deficiência mental. *Revista Marco*, 1(1), 99-113, 1979.
- Omote, S. (1980). *Reações de Mães de Deficientes Mentais ao Reconhecimento da Condição dos Filhos Afetados: um estudo psicológico* (Dissertação de Mestrado), Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia.
- Omote, S. (1989). A estigmatização de deficientes e serviços especializados. *Vivência*, 5, 14-15.
- Omote, S. (1994). Deficiência e não-deficiência: recortes do mesmo tecido. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 1(1), 65-73.
- Omote, S. (1995). A integração do deficiente: um pseudo-problema científico. *Temas em Psicologia*, 2, 55-62.

- Omote, S. (1996). Perspectivas para conceituação de deficiências. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2(4), 127-135.
- Omote, S. (1999a). Deficiência: da diferença ao desvio. In E.J. Manzini & P.R. Brancatti (Orgs.). *Educação Especial e Estigma: corporeidade, sexualidade e expressão artística*. Marília: UNESP Marília Publicações, 3-21.
- Omote, S. (1999b). Normalização, integração, inclusão ... *Ponto de Vista*, 1(1), 4-13.
- Omote, S. (2000). Classes especiais: comentários à margem do texto de Torezan & Caiado. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 6(1), 43-64.
- Omote, S. (2003). Algumas tendências (ou modismos?) recentes em Educação Especial e a *Revista Brasileira de Educação Especial*. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 9(1), 25-38.
- Omote, S. (2004). Estigma no tempo da inclusão. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 10(3), 287-308.
- Omote, S. (2014). *Aparência e Competência: uma relação a ser considerada na Educação Especial*. Curitiba: Appris.
- Perret, D.I., May, K.A. & Yoshikawa, S. (1994). Facial shape and judgement of female attractiveness. *Nature*, 368(17), 239-242.
- Popazoglo, L. & Paixão, R.L. (2019). O Projeto dos Grandes Primatas: um olhar a partir da ética e da Etologia. *Revista Florestan*, 7, 34-50.
- Rosenthal, R. & Jacobson, L. (1968). *Pygmalion in the Classroom: teacher expectations and student intellectual development*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Wills, T.A. (1981). Downward comparison principles in Social Psychology. *Psychological Bulletin*, 90(2), 245-271.